

Corporificações do Masculino em Homens Trans: Esquadrinhando Processos de Subjetivação

Leticia Carolina Boffi¹  & Manoel Antônio dos Santos¹ 

¹Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil

RESUMO – O objetivo deste estudo é compreender a intencionalidade das modificações corporais agenciadas por homens trans durante o processo de transição de gênero. Participaram 15 homens trans, com idades entre 20 e 41 anos, que estavam em processo de hormonização, com ou sem intervenções cirúrgicas concomitantes. Foram realizadas 13 entrevistas na modalidade online e duas presencialmente, com base em um roteiro semiestruturado. Os dados foram transcritos e analisados de acordo com a análise temática reflexiva. Os resultados destacam as modificações corporais biotecnológicas como as principais ferramentas de masculinização dos corpos trans. As motivações relatadas pelos homens trans para a realização dos procedimentos incluíram o desejo de alinhar sua autoimagem à sua identidade de gênero e a necessidade de se reconhecerem e serem reconhecidos como pertencentes ao gênero masculino.

PALAVRAS-CHAVE: Transexualidade, Homens Trans, Hormonização, Masculinidade, Masculinidade Hegemônica.

Embodiments of Masculinity in Trans Men: Scrutinizing Subjectivation Processes

ABSTRACT – The objective of this study is to understand the intentionality behind the bodily modifications undertaken by trans men during the gender transition process. Fifteen transgender men, aged between 20 and 41 years, who were undergoing hormone therapy, with or without concurrent surgical interventions, participated in the study. Thirteen interviews were conducted online, while two were conducted in person, following a semi-structured interview guide. The data were transcribed and analyzed using reflexive thematic analysis. The results highlight biotechnological body modifications as the main tools for masculinizing transgender bodies. The motivations reported by transgender men for undergoing the procedures included the desire to align their self-image with their gender identity and the need to recognize themselves and be recognized as belonging to the male gender.

KEYWORDS: Transsexuality, Trans Men, Hormonization, Masculinity, Hegemonic Masculinity.

Gênero deve ser compreendido como a maneira pela qual as capacidades reprodutivas e as diferenças sexuais dos corpos humanos são transpostas para a prática social e incorporadas como parte do processo sócio-histórico. Ou seja, entende-se gênero como o modo de ordenar a prática social (Connell, 1995). Nessa acepção do termo, gênero é compreendido sempre a partir de um *status* relacional. À vista disso, não se pode estudar gênero sem analisar homens e masculinidades. Nesse contexto, o conceito de masculinidade hegemônica, cunhado na década de 1990, permite descrever como as relações patriarcais são legitimadas socialmente a partir de uma masculinidade normativa que, de maneira

aspiracional, pretende incorporar “a forma mais honrada de ser um homem” (Connell & Messerschmidt, 2013, p. 245).

Masculinidade hegemônica não é, portanto, o padrão de práticas dos homens nas suas vidas cotidianas, mas a inspiração que é produzida por meio de modelos de homens que expressam autoridade a partir das normas sociais legitimadas. É importante considerar que esse conceito não é estático e que, nessa concepção dinâmica e relacional, a masculinidade hegemônica é construída e reconstruída historicamente em níveis: (1) Local, presente nas famílias, organizações e comunidades imediatas; (2) Regional, concernente ao nível da cultura e estado-nação,

e (3) Global, construída nas políticas e comércios mundiais, bem como na expansão da mídia em decorrência do processo de globalização (Connell & Messerschmidt, 2013).

Os três níveis localizam masculinidades alicerçadas na incorporação de práticas de masculinidades normativas e subordinadas, estas últimas em referência às masculinidades que divergem dos ideais hegemônicos (Connell & Messerschmidt, 2013). Isso significa que poucos homens efetivamente alcançam a masculinidade hegemônica na prática (Almeida, 2018). Em contrapartida, aqueles poucos que a alcançam sustentam a convicção de que é possível atingi-la, (re)criando, assim, modelos de inspiração de masculinidade que se apresentam como dominantes conforme os períodos históricos. Já os homens que não alcançam o padrão idealizado buscam adaptar a noção de masculinidade hegemônica em uma mescla de seus níveis regionais e locais, de acordo com suas realidades particulares.

Portanto, há diversos modos de vivenciar as masculinidades, não se atendo à noção fixa e essencialista de que existe uma masculinidade intrínseca (Santos & Boffi, 2022). Essa presunção resulta em duas hierarquias básicas: masculinidades hegemônicas acima das subalternas e homens, como um todo, acima das mulheres, alocando masculinidades sobre feminilidades. Logo, além de considerar a existência de um espectro de diversidade nas masculinidades, devem ser reconhecidas as relações entre elas – em especial, de aliança, domínio e subordinação (Connell, 1995).

Connell (2005) considera fundamental a dimensão corporal das masculinidades, sustentando que, como tal, essa faceta não pode ser excluída das análises: ou o corpo conduz e dirige a ação ou estabelece limites à ação. É no – e por meio do – corpo que a dimensão simbólica das masculinidades pode ser materializada e essa concepção resulta na (re)produção de corpos que contribuem para a concretização e manutenção dos ideais impostos pelo modelo de masculinidade hegemônica (Connell, 2005). Tal característica incontornável é uma parte estratégica da ideologia moderna do gênero, portanto, é necessário compreender a relação dos corpos com a masculinidade e como essa conexão se desenvolve na perspectiva *queer* em uma análise pós-estruturalista.

Para compreender a produção das masculinidades é preciso considerar o conceito de modos de subjetivação (Foucault, 1984). Segundo Foucault, os modos pelos quais nos tornamos sujeitos, ou modos de subjetivação, se desenvolvem historicamente como “práticas de si”, que vigoram por meio de práticas discursivas e de poderes, e em referência às suas formas históricas. A subjetividade, então, envolve um processo de subjetivação, visto que não existe “constituição do sujeito moral sem modos de subjetivação” (Foucault, 1984, p. 23). Destarte, toda experiência que se fundamenta em uma subjetividade envolve modos historicamente distintos de se fazer a experiência de si e, por conseguinte, a experiência de subjetivação.

Assim, subjetividade é a expressão de como os sujeitos se relacionam com as coisas, com o mundo, por isso envolve uma relação estabelecida com o tempo e a história. Essa noção afasta a ideia de uma subjetividade fixa e estanque, e descreve uma associação também com o corpo, visto que o modo imediato pelo qual nos relacionamos com o mundo é a materialidade corporal, não apenas a nível orgânico, mas também como o corpo é construído pelas relações com as coisas em suas existências próprias (Cardoso, 2005).

Retomando a noção de masculinidades subalternas, entende-se que, assim como as masculinidades hegemônicas (Connell & Messerschmidt, 2013), elas são constituídas nos contextos particulares a partir de corpos que encarnam significados e materializam vivências distintas. A categoria homens trans¹ emergiu com certa visibilidade no contexto nacional da saúde, dos estudos acadêmicos e dos movimentos sociais a partir de 2010 (Boffi *et al.*, 2024). Na transexperiência masculina², aludir aos modos de subjetivação exige compreender as modificações corporais envolvidas no processo de transição de gênero; ainda que essa contingência não seja necessariamente intrínseca ao processo, tais alterações se revelaram uma dimensão central neste estudo, como será esclarecido mais adiante. Nesse caso, a partir das alterações corporais estéticas ou biotecnológicas³, os corpos cruzam limites fundamentais estabelecidos socialmente quando imbuídos de sentidos generificados que permitem uma leitura social corporal que os designem ao gênero masculino, como afirma Almeida (2012, p. 519), em referência ao processo denominado de passabilidade.

[...] é a capacidade pessoal de ser reconhecido/a como pertencente a um gênero que não era o assignado no sujeito ao nascer. Essa capacidade pessoal envolve tanto certa manipulação de alguns cuidados físicos característicos do gênero pretendido quanto atributos de comportamento que sejam culturalmente associados a tal gênero.

1 Homens trans são indivíduos designados como mulheres ao nascimento, geralmente com base na presença de características como vulva e vagina, e que em algum momento de suas vidas passaram a se identificar com o gênero masculino, reconhecendo-se como homens dentro do espectro binário de gênero. Neste estudo, optou-se pelo emprego do termo “homens trans” pela ampla difusão alcançada atualmente, tanto na academia quanto nos movimentos sociais, e entre os interlocutores desta pesquisa.

2 Ávila (2014, p. 34) denomina de “transexperiência” masculina, compreendo-a como uma categoria que se refere a “homens que nasceram em corpos biológicos femininos e que se identificam com o gênero masculino e transformam seus corpos em corpos reconhecidamente masculinos”.

3 O termo biotecnologia(s) se refere às novas tecnologias que atuam no e sobre o corpo, segundo Preciado (2018). O autor chama a atenção para esses aparatos como tecnologias de “incorporação”, que funcionam como inscrições de identidade, enfatizando a necessidade de levar em consideração as novas tecnologias do corpo para a análise da performance de gênero.

Apesar de o foco deste estudo incidir nas formas de apropriação das modificações corporais físicas, é preciso deixar claro que a ideia de “transição” engloba o uso de tecnologias das mais diversas, desde hormônios a roupas, cirurgias e adereços simples que mudam completamente a significação do corpo e as leituras sociais e individuais que dele se fazem (Boffi, Guijarro-Rodrigues, & Santos, 2022). As modificações não interventivas referem-se, especialmente, ao estilo de corte de cabelo, que comumente é mais curto, às vestimentas associadas ao gênero masculino e à utilização de artefatos como faixas, ataduras, fitas autoadesivas e coletes de tecidos elásticos para minimizar ou alterar a aparência e presença dos seios – os chamados *binders* –, que podem ser prejudiciais à saúde ao longo do tempo (Sousa *et al.*, 2015). Na última década, os homens trans também têm se utilizado da fonoaudiologia para promoção de saúde vocal, a partir da denominada redesignação vocal, em busca de alcançar um tom mais grave de voz (Dornelas *et al.*, 2021; Silva *et al.*, 2021).

Em relação aos aparatos referenciados como tecnologias de gênero⁴, o hormônio de produção sintética utilizado na hormonização⁵ transmasculina é a testosterona (Lerri *et al.*, 2017). No contexto da transmasculinidade, Sousa e Iriart (2018) destacam que a hormonização constitui uma das principais demandas de saúde dos sujeitos, colocando-se como a primeira modificação corporal que os homens trans realizam em termos de tecnologias sociais. Isso porque a testosterona é significada como hormônio responsável por propiciar alterações corporais que resultam no aparecimento de pelos faciais (barba), aumento de pelos corporais, modificação do tom de voz para grave, redistribuição de gordura corporal, redução do tecido adiposo mamário, aumento clitoriano e outras modificações que, a partir de atribuições sociais de generificação, são alocadas no âmbito da masculinidade (Oliveira, 2015; Pedrini, 2017; Preciado, 2018; Vieira & Porto, 2019).

Os desfechos descritos são requeridos nas transexperiências masculinas com a intenção de apaziguar desconfortos nomeados como disforia de gênero⁶, compreendida como o

sofrimento decorrente da divergência entre a identidade de gênero e o gênero designado no nascimento. Embora essa incongruência não cause desconforto em todos os indivíduos, muitos acabam vivenciando sofrimento se as intervenções físicas desejadas – que podem ser obtidas com o uso de hormônios e/ou cirurgias – não estiverem disponíveis (Bento, 2016; Vieira & Porto, 2019).

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) é responsável por atender as demandas da população trans mais vulnerabilizada (Alexandre & Santos, 2021; Galli *et al.*, 2013; Santos *et al.*, 2019, 2020), ainda que persistam barreiras estruturais, como as dificuldades de acesso e a escassez de oferta de serviços especializados que assegurem uma assistência de qualidade para todos os indivíduos a partir do Processo Transexualizador (Alexandre & Santos, 2019; Almeida & Santos, 2024; Boffi & Santos, 2023a; Braz, 2019; Moscheta, Souza, & Santos, 2016; Peçanha & Almeida, 2021). As políticas públicas de saúde voltadas à população trans tendem a submergir sob os efeitos da cisgeneridade, como dispositivo de regulação potente dos corpos e modos de existência (Vieira *et al.*, 2019). No entanto, a testosterona não integra a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais disponibilizados gratuitamente pelo sistema público de saúde (RENAME), configurando-se como mais um medicamento cujo acesso depende diretamente das condições financeiras de cada paciente.

Além disso, a aquisição do hormônio em farmácias é regulada pela exigência de receita médica, mediante retenção e cadastramento do lote do medicamento vendido, para controle da vigilância sanitária. Os vários níveis de restrição de acesso ao medicamento complexificam a obtenção de seus benefícios, especialmente para as pessoas trans com condições financeiras desfavoráveis. Nesse sentido, “a testosterona sintetizada, na forma de medicamento controlado pelo Estado e utilizado por homens trans, pode ser vista como um ‘medicamento de gênero’” (Vieira & Porto, 2019, p. 20).

Preciado (2018) argumenta que os hormônios sexuais deveriam ser de uso livre, o que significa venda e uso sem regulação estatal ou médica. O autor se opõe à exigência de que os usuários precisam deixar de se identificar como mulheres para obter legalmente o hormônio e serem incluídos em um protocolo de redesignação de gênero. Preciado entende que a democratização do consumo de hormônios exige a modificação radical das topografias sexuais e de gênero, pois se trata de aceitar o caráter tecnoconstruído,

transexualidade, uma vez que o termo “disforia” historicamente revela o atravessamento cisnormativo que busca referenciais na cisgeneridade para toda e qualquer experiência e modo de vida, em especial, daquilo que comumente se compreende como gênero. Mais uma vez, a fim de evitar a patologização das transexperiências masculinas, neste estudo o vocábulo “disforia” só se aplica como termo êmico, ou seja, utilizado eventualmente pelos próprios homens trans para narrar seus desconfortos, sofrimentos e ansiedades com partes de seus corpos em relação a seus processos de transição ou afirmação de gênero.

4 Tecnologias de gênero (Lauretis, 1994) referem-se ao caráter social deliberado pelos usos das tecnologias biomédicas, cujos efeitos podem localizar sujeitos entre as normativas dos gêneros binários ou deslocá-los de tal posição. Portanto, observa-se o gênero como produto da aplicação de várias tecnologias produzidas nos corpos.

5 Neste estudo, optou-se pelo emprego do termo “hormonização” em vez de “tratamento hormonal” ou “hormonioterapia”, tendo em vista o processo de despatologização das identidades trans, o que leva a apreender os processos de modificações corporais pelo viés da subjetivação e da saúde.

6 Em referência ao Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5 (2013), o termo Disforia de Gênero descreve o descontentamento afetivo/cognitivo de um indivíduo com o gênero designado no nascimento, embora seja definida mais especificamente quando utilizada como categoria diagnóstica (Bento, 2016). Tal processo diagnóstico contribui para a reafirmação da patologização da

múltiplo, maleável e mutável dos corpos e dos prazeres. De acordo com Preciado, a resistência ao controle biomédico do acesso à testosterona por pessoas trans é uma fissura que as engrenagens do biopoder não conseguiram capturar na grande roda da normatização dos corpos. Nessa perspectiva, essas substâncias também se configuram como uma estratégia de biopoder, na medida em que faz do corpo trans uma ferramenta de governo ao utilizar a administração regulada de hormônios para exacerbar o controle.

À vista de tais apontamentos, o recurso à auto-hormonização está constantemente presente nas narrativas dos homens trans no contexto brasileiro (Almeida & Santos, 2021; Braz, 2019; Lima & Cruz, 2016; Santos *et al.*, 2023), a despeito de possíveis consequências graves para a saúde devido ao mau uso. Mesmo sob supervisão médica, o uso da testosterona também pode acarretar alguns prejuízos à saúde dos homens trans, como atrofia e menor lubrificação do canal vaginal – consequências incômodas para aqueles que têm na penetração vaginal uma prática sexual – além de alterações no nível glicêmico, acne, dano hepático, insônia, agitação, entre outros efeitos adversos (Tramontano, 2021).

Lemos (2018, p. 2) afirma que “falar de hormonioterapia é falar de saúde, é falar de biomedicina, é falar de usos ‘devidos’ e ‘indevidos’ de sintéticos, é falar de SUS”. É necessário mobilizar recursos diversos para facilitar o acesso à testosterona, uma vez que a aquisição do hormônio aloca os homens trans em posições diferentes na jornada da transição de gênero. O acesso mais facilitado ou dificultado pode representar a diferença entre estar inserido em uma família de trabalhadores ou ser expulso de casa, sujeitar-se a trabalhar em subempregos de baixa qualificação e padrão de remuneração ou obter melhor qualificação profissional, ter acesso legalizado ao hormônio ou inserir-se em redes ilegais de compra/venda de testosterona ou receitas médicas (Vieira & Porto, 2019).

Portanto, o acesso à hormonização envolve a disponibilidade de recursos financeiros e capital social, características que frequentemente estão ausentes nas condições de vida da população trans e em sua rede pessoal de apoio e de contatos. Por conseguinte, pode-se questionar a auto-hormonização a partir de, pelo menos, dois vértices: (1) Quais são as condições de vida necessárias para o acesso pleno à saúde e acompanhamento médico? Quem detém tais condições? (2) O processo de hormonização deve ser controlado pelo Estado e monitorado pelas instituições de saúde, ou ser considerado como um recurso que, em última instância, depende da livre escolha de cada indivíduo, baseado no seu livre-arbítrio, desprovido de regulação estatal e de interferência de terceiros?

Seja qual for a perspectiva prevalecente, o uso dos hormônios consiste em um dispositivo potente que interfere nos diferentes modos de subjetivação, seja na relação do indivíduo consigo mesmo, seja nos laços estabelecidos com o mundo. A testosterona não só modifica o modo como os sujeitos veem o mundo, como também altera radicalmente o

corpo e, portanto, a maneira como os sujeitos serão percebidos e decodificados pelo mundo. Sampaio *et al.* (2019, p. 49) argumentam que “os hormônios modificam aqueles que o administram e ao mesmo tempo são modificados nesta relação”, construindo corpos-homens e corpos-mulheres. Para Sampaio e Medrado (2019), como os hormônios se localizam na esfera das moléculas atuantes, têm assumido relevância crescente nas formas de “relação consigo” de seus agentes, resultando na produção de novas conformações de “eus”.

Por essa razão, os efeitos corporais dessas substâncias podem ser pouco ortodoxos, ou seja, o corpo é plástico e responde ao social. Assim, tais processos se esvaziariam sem os sentidos culturais, sociais e históricos agregadores de gênero. Apesar de admitir que, nas suas expectativas iniciais, a apreciação de signos corporais lhe possibilitariam uma leitura masculina, Preciado (2018) conclui que os efeitos da testosterona não são *per se* masculinos. O que se pode afirmar é que essas implicações foram propriedades exclusivas dos homens cisgêneros por muito tempo. O autor enfatiza que “a masculinidade é apenas um dos possíveis subprodutos políticos (não biológicos) da administração da testosterona: não é o único nem o que será totalmente dominante em longo prazo” (Preciado, 2018, p. 152).

Em sua análise original sobre a utilização dos hormônios sintéticos, alicerçada em sua experiência pessoal, Preciado compreende que o consumo da testosterona não depende das construções dos ideais de gênero, mas corresponde à materialidade do gênero (Santos & Boffi, 2022). Isso significa admitir que, de todas as alterações corporais proporcionadas pelo uso da tecnologia hormonal, o corpo resultante não seria entendido como masculino sem a existência de uma sociedade que interpreta essas variações como parte integral de um desejo de “mudança de sexo”⁷. Sem essa compreensão política e social, a aplicação de testosterona nada seria além de um “devir molecular” (Preciado, 2018, p. 154).

É importante ponderar que intervenções corporais com vistas à masculinização não são procedimentos novos do ponto de vista da cultura, da ciência e da biotecnologia, pois homens cisgêneros usufruem deles há muito tempo e, de forma similar, para reparar aspectos do corpo alocados aos significados de masculinidade hegemônica (Tramontano, 2017). Nesse sentido, apesar da prescrição *queer* requerer a desconstrução das noções de homem e de masculinidade assentadas no binário e no padrão normativo estabelecido, é infundada a ofensiva direcionada aos homens trans, enquanto se normaliza o uso feito pela população cisgênera. Somente sobre os homens trans recai a cobrança para que não (re) produzam seus ideais corporais e sociais. O binarismo, como um dispositivo onipresente de normatização nas sociedades

⁷ Cabe apontar que o termo “mudança de sexo” carrega um componente histórico estigmatizante, que permeia o imaginário cis presente no senso comum, em especial dos profissionais médicos, reiterando o processo de psicopatologização das identidades trans. Neste estudo, o termo é aplicado entre aspas para marcar tal problematização, haja vista que não se aplica mais esse termo na compreensão teórica atual das vivências trans.

ocidentais e ferramenta de legitimação da vida, contribui para que os homens trans sejam estigmatizados como os “heróis” da resistência à masculinidade hegemônica.

A noção de agenciamento permite ampliar a compreensão desses processos. Foucault (1984), ao tratar do sujeito moderno, parte de uma perspectiva de entendimento de construção da experiência subjetiva pela via de um poder do tipo disciplinar, que possibilita a produção de um lugar de interioridade e de individualidade no humano que se caracteriza por catalogar singularidades, produzir e investir nas individualidades ao invés de questionar e destruir esses circunscritores. O exercício do poder disciplinar não requer a mobilização de grandes procedimentos, mas atua por meio de instrumentos comuns: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora a partir da existência de uma modalidade punitiva e o exame caracterizado pela intensificação da individualização mediante suas diferenças frente aos demais sujeitos. Desse modo, o corpo do homem moderno será investido de um poder disciplinar que especifica uma individualidade e uma interioridade, fabricadas por meio de mecanismos que visam circunscrever o indivíduo nos espaços habitados, no controle de suas atividades e na organização do seu tempo (Foucault, 1984).

Em suas formulações teóricas, Foucault não considerou a posição de gênero quando pensou a constituição do sujeito, bem como não se estendeu ao tema da psique, sendo este um avanço específico do pensamento feminista. Butler (2019) retoma e amplia a perspectiva foucaultiana do poder, argumentando que o poder não é somente algo

externo aos sujeitos, mas algo do qual depende a própria existência de cada um, visto que tornar-se sujeito é ser formado nas relações de poder às quais todos se vinculam para se preservarem como seres humanos inteligíveis. Desse modo, para Butler (2019), o processo de subjetivação segue os movimentos da vida psíquica, já que o processo de incorporação das normas sociais passa pela psique, na qual também se fabrica a distinção entre a vida interior e exterior, marcando uma distinção entre o psíquico e o social. A partir de tal consciência, emergem possibilidades e condições de resistência e reflexividade, permitindo ao sujeito opor-se aos abusos do poder normalizador que limita e controla os desejos, atuando desde dentro de suas próprias possibilidades, no âmbito da sociedade vivível.

Butler (2019) afirma que o desejo aparece como um componente elementar para que o sujeito desenvolva as próprias possibilidades de subjetivação, construindo estratégias de resistência ou subversão aos mandatos sociais que o limitam. Esse processo é compreendido como agência. Por conseguinte, um pressuposto balizador deste estudo sobre as corporificações do masculino em homens trans é o argumento de que assumir um polo da binaridade de maneira não ortodoxa pode, também, ter um potencial transgressor e crítico.

A partir dessas reflexões, este estudo teve como objetivo compreender a intencionalidade atribuída às modificações corporais agenciadas por homens trans durante o processo de transição de gênero.

MÉTODO

Procedimentos Éticos

Esta investigação foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, sob parecer nº 3.926.604 e protocolo CAAE nº 25897819.8.0000.5407. Os participantes assinaram presencial ou digitalmente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) após receberem esclarecimentos sobre os objetivos do estudo. Os nomes próprios utilizados neste estudo são fictícios e foram escolhidos pelos próprios participantes. Foram seguidas as diretrizes e normatizações éticas da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que trata das pesquisas que envolvem seres humanos nas ciências humanas e sociais.

Participantes

Participaram do estudo 15 homens trans, com idades entre 20 e 41 anos, que estavam em processo de hormonização, iniciado entre 5 meses e 5 anos atrás, com ou sem realização de intervenções cirúrgicas concomitantes. Em relação à escolaridade, predominou o ensino médio completo

(11 participantes), seguido pelo ensino superior incompleto (4 participantes), 1 participante com pós-graduação (mestrado) e 1 com ensino fundamental completo. No que se refere à inserção profissional, destacam-se as atividades autônomas como principal meio de renda (atendentes de loja, barbeiros, motorista de aplicativos de locomoção, cozinheiro), seguidas por trabalho com carteira assinada (atendente de *telemarketing*), um pesquisador bolsista e dois desempregados. Do total, oito entrevistados residiam com os pais, três moravam com companheiras e quatro moravam sozinhos. A classificação econômica variou entre os estratos A (1), B1 (1), C1 (5), C2 (7) e D-E (1), com marcada disparidade de renda (R\$ 200,00 a R\$ 4.000,00). A Tabela 1 apresenta a caracterização sociodemográfica dos participantes.

Instrumentos

Para coleta dos dados foram aplicados: 1) Formulário de Dados Sociodemográficos, desenvolvido e utilizado pelos pesquisadores do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Psicologia da Saúde (LEPPS – FFCLRP-USP); 2) Critério

Tabela 1
Caracterização sociodemográfica dos participantes.

Participantes	Idade	Sexualidade	Procedência	Tempo de uso de testosterona	Cirurgias realizadas	Cirurgia desejada
Henrique	22	Bissexual	Sertãozinho-SP	3 anos e 6 meses	Nenhuma	Mamoplastia masculinizadora
Hugo	29	Pansexual	Sertãozinho-SP	4 anos	Nenhuma	Mamoplastia masculinizadora
Olliver	21	Pansexual	Uberlândia-MG	1 ano e 3 meses	Nenhuma	Mamoplastia masculinizadora
Renato	21	Heterossexual	Uberlândia-MG	3 anos 3 meses	Mamoplastia masculinizadora	Nenhuma
Pedro	23	Heterossexual	Ribeirão Preto- SP	3 anos	Nenhuma	Mamoplastia masculinizadora
Felipe	21	Heterossexual	Itaú de Minas- MG	6 meses	Nenhuma	Mamoplastia masculinizadora
Lucca	25	Heterossexual	Torres-RS	1 ano e 9 meses	Nenhuma	Mamoplastia masculinizadora
Humberto	21	Heterossexual	Uberlândia-MG	1 ano e 4 meses	Mamoplastia masculinizadora	Nenhuma
Ricardo	23	Heterossexual	Canoas-RS	3 anos	Nenhuma	Mamoplastia masculinizadora
Marcos	20	Heterossexual	São Leopoldo-RS	1 ano	Nenhuma	Mamoplastia masculinizadora
Leonardo	25	Heterossexual	Vargem Grande Paulista-SP	5 meses	Nenhuma	Mamoplastia masculinizadora
Peter	24	Heterossexual	Gouvea-MG	1 ano e 6 meses	Nenhuma	Mamoplastia masculinizadora
Christopher	33	Heterossexual	Canoas-RS	2 anos e 7 meses	Nenhuma	Mamoplastia masculinizadora
Gabriel	23	Bissexual	Uberlândia-MG	5 anos	Nenhuma	Mamoplastia masculinizadora
Yoasi	41	Heterossexual	Fortaleza-CE	5 anos	Mamoplastia masculinizadora	Nenhuma

de Classificação Econômica Brasil (CCEB), com o propósito caracterizar os participantes em termos de sua posição na pirâmide social; 3) Roteiro de entrevista semiestruturada, com questões que versavam sobre as vivências das modificações corporais relacionadas à transição de gênero e os sentidos atribuídos a essas experiências.

Procedimentos

Os participantes foram inicialmente arrematados a partir de redes sociais. Com os dois primeiros foram realizadas entrevistas presenciais, no período imediatamente anterior à pandemia de COVID-19. Os demais participantes foram recrutados a partir do método *bola de neve*, que consiste na utilização de cadeias de referência, quando um participante indica outro possível participante da pesquisa. Essa estratégia de seleção dos participantes se mostra útil em estudos qualitativos por permitir alcançar determinados grupos considerados de difícil acesso (Vínuto, 2014). Em decorrência do período pandêmico, as entrevistas foram adaptadas e realizadas na modalidade online, entre março e julho de 2020, não sendo observado impacto negativo dessa mudança sobre a qualidade metodológica do estudo. Pelo contrário, o ambiente online possibilitou ganhos, como a inclusão de participantes de diversas localidades do país, o que enriqueceu a análise e discussão dos dados.

Assim, como pontos favoráveis das entrevistas mediadas por tecnologia digital, pode-se destacar: possibilidade de maior abrangência geográfica, com inclusão de pessoas de diferentes regiões e localidades; garantia de segurança para participantes e pesquisadores frente ao contexto adverso de pandemia; possibilidade de investigar tópicos sensíveis e ter

acesso a grupos socialmente marginalizados (Gray *et al.*, 2020). As entrevistas duraram entre 55 e 210 minutos (média de 89,5 minutos), e foram audiogravadas e transcritas, na íntegra e literalmente.

Análise do corpus

Os relatos foram submetidos à análise de conteúdo temática reflexiva (Braun & Clarke, 2019), perspectiva metodológica que se mostra sensível e capaz de sumarizar aspectos-chave de uma grande quantidade de dados, bem como oferecer uma descrição densa do *corpus* analisado (Clarke *et al.*, 2019). A análise percorreu seis etapas. Na fase 1, realizou-se a transposição dos registros audiogravados para o formato de texto. Fase 2: na sequência, procedeu-se o exame do conjunto de dados, que resultou na geração de oito códigos. Na fase 3, foi realizada a agregação dos códigos, o que inspirou os possíveis temas analíticos. Na fase 4, refinaram-se os temas analíticos, com a preocupação de garantir sua homogeneidade interna e sua heterogeneidade externa. Na fase 5, foram nomeados os temas analíticos e na fase 6 foi descrito todo o processo anterior, dando forma a uma narrativa analítica, amparada na relação com a pergunta e os objetivos da pesquisa.

Para sistematizar a análise, foi utilizado o *software* QDA Mine Lite (versão 2.0.7), que facilita a codificação do material, assegurando o rigor metodológico necessário e propiciando a realização de diversos tipos de análise. Concluído o processo de análise, os dados foram interpretados de acordo com o marco teórico das transmasculinidades e das masculinidades hegemônicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tema analítico I: “Quem é essa pessoa que está no meu corpo?”: externalização da identidade masculina

Ao contrário do que é comumente encontrado na literatura, neste estudo, a busca pelo processo de transição de gênero dos homens trans entrevistados não foi motivada pelo desejo de serem identificados como pessoas cisgêneras. As narrativas apontam para o desejo de exteriorizar a imagem masculina que os entrevistados haviam criado de si mesmos anteriormente. Nessa vertente, Vieira e Porto (2019) afirmam que a transição de gênero é entendida pelos homens trans como um processo identitário e corporal de assunção a si mesmos, ou seja, de afirmação de sua própria identidade. Eles buscam, nesse percurso, pacificar as diferenças entre a identidade de gênero que estabeleceram acerca de si mesmos e a expressão dela para reconhecimento próprio e do entorno social, como um movimento *centrifugo*; em outras palavras, trata-se de um movimento de “dentro” para “fora”, de busca de congruência.

Ao refletir sobre as peculiaridades desse modo de subjetivação, o participante Yoasi descreveu, de maneira acurada, a negociação que fazia consigo mesmo entre aspectos “internos” e “externos”, destacando o coletivo/social como *locus* de emergência de desconfortos e enfrentamentos quando referenciava as normativas cisgêneras de legitimação: “O corpo e a identidade estão em constante conflito com o mundo e, ao mesmo tempo, consigo mesmo, porque esses conflitos são gerados a partir do social, do coletivo, e são evidenciados no pessoal” (Yoasi, 41, heterossexual, cinco anos em T, mamoplastia masculinizadora realizada).

Para Butler (2019, p. 10), “‘sujeição’ significa tanto o processo de se tornar subordinado pelo poder quanto o processo de se tornar um sujeito”, ou seja, a própria subordinação se torna necessária para a formação do sujeito em um processo marcado por ambivalência. Nesse sentido, é possível refletir que, para os homens trans tornarem-se sujeitos com plena consciência de si mesmos – tanto na perspectiva da identidade com a qual não se identificavam quanto daquela com a qual se identificam –, tiveram que entrar em contato com o fato de que anteriormente haviam sido subordinados aos poderes, em especial, às normativas cisgêneras. Butler (2019) afirma que a sujeição é inevitavelmente paradoxal.

Estamos acostumados a pensar no poder como algo que pressiona o sujeito de fora, que subordina, submete e relega a uma ordem inferior. Mas, consoante Foucault, se entendemos o poder também como algo que forma o sujeito, que determina a própria condição de sua existência e a trajetória de seu desejo, o poder não é apenas aquilo a que nos opomos, mas também, e de modo bem marcado, aquilo de que dependemos para existir e que abrigamos e preservamos nos seres que somos (Butler, 2019, pp. 9-10).

Assim, ao se depararem com o conflito entre o social e o individual, os participantes relatam vivenciar sentimentos disfóricos, que acarretam dificuldades de lidar consigo mesmos em alguns aspectos específicos. Os relatos sugerem que lidar com a própria disforia é um processo individual e que comporta especificidades para cada sujeito, entretanto, foi comum a narrativa de que é uma experiência que se transmuta diariamente, como evidencia o relato de Peter:

[...] há dias em que eu acordo me amando e ligando o *foda-se* pra tudo, e eu consigo tirar foto sem camisa e postar, mas há dias em que eu acordo e fico: “Meu Deus, quem é essa pessoa que está no meu corpo?” Porque não sou eu! [...] por conta da disforia, baixa autoestima e não aceitação, às vezes não consigo aceitar que esse corpo faz parte de quem eu sou, então é algo complicado de explicar, é questão de dias e momentos (Peter, 24, heterossexual, 1 ano e 6 meses em T).

Claramente, a maior dificuldade descrita pelos participantes refere-se à presença dos seios, também designados como peitos ou “intrusos”. A sensação de desconforto é potencializada em razão da instantaneidade com que essa parte do corpo é associada ao feminino, especialmente em uma leitura binária e cisgênera, como descreve Pedro:

Eles começaram a me incomodar sempre na percepção do outro, mas eles nunca foram na minha percepção um problema [...] porque, a partir do momento que as pessoas notam que eu tenho seios, elas automaticamente passam a me ver como uma mulher. Eu posso ter barba na cara e falar grosso, mas, quando veem que eu tenho peito, tudo aquilo deixa de existir e a única coisa que importa é a porra do seio que está ali. Então o meu jeito de esconder ou querer fazer uma cirurgia pra retirar é por causa de uma percepção do outro, é pra deixar de ser castigado e amarrado em uma linguagem que não é minha (Pedro, 23, heterossexual, 3 anos em T).

Outro participante também relatou se sentir desconfortável com essa associação estabelecida de forma tão espontânea e automática pelas pessoas. Ele comenta: “É o que mais me incomoda, porque, quando as pessoas olham e não conseguem definir se sou homem ou mulher, elas olham para o meio do *short*, da calça, ou elas olham para o peito” (Hugo, 29, pansexual, quatro anos em T). Se a disforia é descrita como uma experiência dolorosa vivenciada solitariamente, por outro lado, os participantes apontam para o contexto cisonormativo binário como a fonte primária do sofrimento. Buscando assegurar uma leitura masculina pelo outro, eles percebem que não há oportunidade nem abertura para a acomodação de aspectos lidos como femininos, com destaque para atributos materiais corporais que consubstanciem a dimensão relacional da masculinidade/feminilidade (Connell, 1995).

Por mais que afirmem que a genitália é o marcador corporal que determina a leitura social do sexo e, em consequência, o gênero e suas atribuições sociais ao nascimento, na vida adulta, a conformação dos genitais passa a ter um papel secundário para os participantes deste estudo. Poucos admitiram o desejo de realizar a intervenção cirúrgica da faloplastia⁸. Leonardo (25, heterossexual, 5 meses em T) relata que não tem certeza se realizaria essa cirurgia e considera que está amadurecendo a ideia, enquanto Marcos (20, heterossexual, 1 ano em T) cogita a possibilidade de se submeter a essa intervenção futuramente, em decorrência dos resultados ainda não serem bons e na esperança de poder se beneficiar de melhores efeitos estéticos e funcionais no futuro, com o eventual aperfeiçoamento da técnica.

A partir de reflexões sobre o contexto social e suas experiências com os pares, alguns participantes declararam perceber uma evolução crescente em sua aceitação corporal, o que corrobora a noção de que, com o decorrer do tempo, cresce a fluidez na lida com seus corpos.

[...] no começo da transição, eu tinha muita disforia com o seio, muita mesmo, e isso me impossibilitou de fazer as coisas, sozinho ou com amigos. Foi quando eu entrei nesse processo de aceitação que eu soube entender melhor como funcionava meu corpo e como eu estava lidando com aquilo. Aí, eu soube aproveitar mais as coisas que eu estava perdendo (Renato, 21, heterossexual, 3 anos e 3 meses em T).

Mesmo com reflexões afiadas acerca da autoaceitação corporal, as divergências entre a imagem de si e a imagem projetada pelo social, potencializadas pelas experiências disfóricas na relação com o corpo, convertem-se nos motivos pelos quais alguns homens trans justificam o início da hormonização, na tentativa de acomodarem no plano “externo” uma imagem que preexiste no plano “interno”.

Eu pensava muito assim: “As pessoas vão me chamar de Marcos, só que elas não vão ver o Marcos”. Então, eu sentia que, quando alguém me chamava de Marcos e usava os pronomes ele/dele, eu me sentia muito bem e isso deixava meu coração quentinho. Só que, ao mesmo tempo, na minha mente eu pensava: “As pessoas não estão vendo isso, elas estão falando isso pra me agradarem”. Então, ter a fisionomia, os aspectos masculinos, e as pessoas falarem os pronomes e verem isso na minha pessoa, para mim era necessário ter essas duas coisas se juntarem, porque, apesar das pessoas falarem, eu ainda me olhava no espelho e me sentia triste e mal (Marcos, 20, heterossexual, um ano em testosterona).

⁸ Cirurgia de transgenitalização (cirurgia de afirmação de gênero), cujo objetivo é a construção do chamado neopênis. O cirurgião usa enxertos da pele, músculos, vasos sanguíneos e terminações nervosas do antebraço ou da coxa do paciente para criar o neopênis, um órgão que “não é funcional”. No Brasil, tal cirurgia só pode ser realizada em caráter experimental.

A metáfora do reflexo de si não poderia ser mais cristalina: tem a ver com poder se olhar no espelho e se perceber menos (ou mais) desigual em relação à imagem que se cultiva de si próprio. Tais narrativas identitárias têm efeitos de sentidos que remetem aos modos de subjetivação (Foucault, 1984) e de agência (Butler, 2019). A produção de subjetividade em questão envolve modos históricos de construção das expressões de gênero e sexualidade, com suas possibilidades também de resistências e transformações, que refletem a própria dinâmica da relação com o mundo. De tal modo, pode-se questionar: é possível pensar em subjetivação sem pensar em contexto histórico e político? Seria possível a separação entre o que o “eu” tem de si, que lhe é intrínseco, e o que é atravessado pelas dobras sociais e históricas na matéria? Nesse aspecto, considera-se que, apesar de a dicotomia dos fatores internos/externos envolvidos na constituição de um “eu” ser algo a ser ponderado, isso se dá apenas de forma didática. Ao contrário, Butler (2019) afirma ser incontornável a ambivalência entre quem somos e como chegamos a ser quem somos no processo de sujeição, como se verá adiante.

Nessa vertente, o significante *hormonização* serve à causa da *harmonização*. Yoasi afirma as modificações corporais pós-hormonização como consequências de um processo de subjetivação que as pessoas trans vivenciam:

A transição é infinita, ela nunca vai terminar, [...] eu não quero ser um homem cis e nada do que eu faço está relacionado com a cisgeneridade; ao contrário, está relacionado às minhas subjetividades. [...] se você está achando que EU tenho barba porque eu quero ser um homem cis, você está enganada (Yoasi, 41, heterossexual, 5 anos em T, realizou mamoplastia masculinizadora).

Pedrini (2017, p. 35) descreve os corpos trans por um vértice generativo: “Tem corpo que não se aguenta dentro de si e precisa se esparramar pelos poros, pois o que lhes foi oferecido ao longo da vida não é suficiente”. A partir dos relatos obtidos no presente estudo, constata-se a pertinência dessa expressão que Pedrini (2017) propôs para iluminar a potencialidade criadora do corpo trans, que forja novos e inusitados sentidos que se distanciam do clichê (o suposto desejo de se equiparar ao modelo binário do homem cis) e do lugar comum (o suposto desejo de subverter a natureza e dissolver a distinção anatômica entre os sexos).

Nesse último aspecto, é necessário sublinhar que a noção de “sexo” enquanto sinônimo de “natureza” e, portanto, a verdade última que deveria prevalecer e esgotar a discussão, avançou muito com os estudos *queer*, de tal modo que esta pesquisa se alinha à noção de Butler (2003), que permite superar a noção sexo = natureza/gênero = cultura ao admitir que o ideal de sexo *per se* é tão performático quanto o conceito de gênero. De acordo com Pedrini (2017), a potencialidade do corpo trans reside precisamente em colocar em xeque a binaridade e a dualidade consagradas pela cis-heteronormatividade.

Tema analítico 2: “Uma vida inteira esperando”: a resignificação da materialidade corporal dos homens trans

A possibilidade de externarem a imagem que já delineavam de si mesmos é um momento privilegiado pelos participantes para se reconciliarem com experiências contraditórias e mitigarem sentimentos extremos e persistentes de angústia. É uma experiência reconfortante de reconciliar-se e reencontrar-se consigo próprio, a partir da reapropriação da “imagem no espelho” (Marcos), a vivência de “um momento libertador” (Pedro). É nesse contexto que a busca pelos processos de modificação corporal ganha consistência e se torna um processo necessário e emergencial, como um lugar de pertencimento.

Vestuário e corte de cabelo são os elementos que não necessitam de modificações intracorporais, ainda que se apresentem como áreas de forte investimento de energia e construção de significados para alguns homens trans participantes deste estudo. Por essa razão, são os primeiros aspectos físicos a serem modificados ou reinvestidos de sentidos conectados ao masculino. Pedro comenta sobre um desses momentos vividos, frequentemente descritos como uma epifania: “o momento mais libertador foi o dia em que eu tirei todas as roupas ditas femininas de dentro do meu guarda-roupa. Primeiro, eu tirei calcinha e sutiã. E comecei a usar a faixa” (Pedro, 23, heterossexual, 3 anos em T).

Outras mudanças corporais também foram desejadas pelos participantes, contudo, eram modificações que só podem ser obtidas a partir de alterações biológicas induzidas pela hormonização, o que é consistente com a afirmação de Peçanha e Almeida (2021) de que os hormônios são, geralmente, a primeira tecnologia de modificação corporal utilizada por homens trans, sendo inclusive percebidas como as mais importantes, até mais valorizadas do que as cirurgias de transgenitalização, como se verá adiante. As alterações almejadas concentraram-se no aparecimento de pelos faciais – a barba, seguida pelo desejo de adquirir uma tonalidade grave de voz, a redistribuição de gordura corporal, a diminuição da gordura mamária e a hipertrofia dos músculos.

A partir do processo de identificação de tais necessidades, segue-se uma busca emergencial de atos e ações para supri-las, algumas vezes resultando em processo de auto-hormonização sem acompanhamento médico, por meio da obtenção ilegal do hormônio no mercado clandestino. Cinco participantes iniciaram a hormonização sem nenhum tipo de acompanhamento, alguns por meio da compra de receitas médicas e outros pela aquisição do hormônio de origem ilícita, corroborando narrativas encontradas em estudos nacionais (Almeida & Santos, 2021; Braz, 2019; Lima & Cruz, 2016).

Hugo contou sua experiência de administração de testosterona por conta própria: “Eu sozinho me apliquei a

Durateston⁹ e descobri que eu sou alérgico a ela” (Hugo, 29, pansexual, 4 anos em T). Este participante relatou um episódio de ter conseguido uma receita médica, após fazer uma tentativa frustrada de compra ilegal do hormônio, quando levou um golpe e perdeu dinheiro.

Eu estava em um grupo de pessoas trans e eu pedi indicações de quem vendia receita ou hormônios, inclusive fui passado pra trás por um cara trans que dizia vender hormônios [...] aí nesse outro grupo me indicaram uma pessoa que vende receita, daí eu comprei a receita e apliquei na farmácia mesmo (Peter, 24, heterossexual, 1 ano e 6 meses em T).

Com a compra ilegal de hormônios não regulados, torna-se inviável a segurança em saúde, o que leva mais uma vez à necessidade de enfatizar as disparidades que persistem na saúde pública brasileira, com o não investimento do Estado em políticas de saúde direcionadas à população trans. Essas lacunas aprofundam iniquidades, perpetuando sofrimentos físicos e psíquicos que culminam na cultura necropolítica do “deixar morrer”, o que também é agravado pelo atravessamento das cisnormatividades nos ambientes institucionais, sociais e políticos.

Resgatando as lembranças das modificações corporais almejadas com o uso da testosterona, a barba foi o benefício mais esperado e considerado imprescindível nesse processo, com o auxílio de outros aparatos tecnológicos que se agregam ao uso da testosterona a fim de se alcançar mais rapidamente o desejo material da masculinidade, como descreve Christopher:

Tem que passar Minoxidil¹⁰, porque meu pelo facial demora demais pra crescer, ele nasce muito fino e demora até engrossar. É muita ansiedade e tu quer que apareça já detalhes assim, e que saiam os traços de menina” (Christopher, 33, heterossexual, 2 anos e 7 meses em T).

Com relação à voz, a maioria dos homens trans mencionou o desejo de obter a alteração de voz, apesar de nenhum deles relatar que recebia assistência fonoaudiológica na promoção da saúde vocal, dependendo exclusivamente dos resultados da hormonização. Felipe compartilhou suas expectativas em relação à mudança do timbre: “Eu sentia muita disforia com a voz, que era bem de menininha. Então, comecei a fazer tratamento hormonal por causa disso” (Felipe, 21, heterossexual, 6 meses em T).

⁹ “Durateston” é o nome comercial de uma mistura de ésteres de testosterona, utilizada para reposição hormonal em casos de deficiência de testosterona, ou no processo de hormonização de pessoas trans.

¹⁰ “Minoxidil” é o nome do princípio ativo de um fármaco de uso tópico que estimula o crescimento capilar e de pelos. Essa substância aumenta o calibre dos vasos sanguíneos, melhorando a circulação sanguínea em áreas como couro cabeludo e barba, e prolonga a fase anágena, que é a etapa de nascimento e crescimento de pelos.

Ricardo descreveu como a união material representada pela combinação da aquisição da barba e do tom grave de voz lhe oportunizou o acesso a uma leitura social masculina prontamente, sendo esse o único participante que expressou ter como objetivo ser reconhecido como um homem cisgênero:

[...] eu queria ser o mais passável possível, é tipo “cara-crachá”: uma barba com uma voz um pouco afeminada, assim mesmo eu ia ter o questionamento. Então, a voz era a primeira coisa que eu queria e eu consegui mudar com um mês, um mês e meio de hormônio (Ricardo, 23, heterossexual, 3 anos em T).

A percepção de Ricardo acerca do reconhecimento visual, que o classifica como um sujeito masculino a partir do critério da materialidade corporal, aproxima-se da argumentação de Preciado (2018). Assim, os resultados obtidos neste estudo são congruentes com essa proposição: os homens transexuais não investem no processo de hormonização sem alimentarem grandes expectativas e sem alocarem significados investidos em seus desfechos. Eles alcançam a leitura social e individual da masculinidade hegemônica (Connell, 2005), que decorreria dos resultados aparentes e visíveis a olho nu das modificações corporais. Contudo, cabe o questionamento: os participantes almejam a masculinidade hegemônica em todas as suas dimensões sociais postas, ou almejam o lugar de legitimidade que a aproximação com esse modelo de masculinidade gera?

A narrativa de “ficar parecido”, que configura o desejo de Ricardo, refere-se à passabilidade, ao desejo de adquirir uma adesão corporal completa aos signos masculinos, como define Almeida (2012), ao ponto de não ser identificado como homem trans, apenas como homem. Essa ideia em particular está presente no pensamento de Butler (2019, p. 15), ao considerar que “nenhum sujeito surge sem um apego apaixonado àqueles de quem ele depende fundamentalmente”. Contudo, a autora retifica que tal apego apaixonado pela própria subordinação não é de responsabilidade final do sujeito, ao contrário, o apego à sujeição é gerado pelo próprio poder e parte dessa operação do poder pode ser explicada pelo que a autora chama de efeito do psíquico. Portanto, pode-se refletir o desejo da passabilidade como resultante do poder exercido pela cisgeneridade, bem como da aspiração de se localizar enquanto “sujeito”.

A subordinação, segundo Butler (2019), é uma submissão obrigatória para a formação do sujeito, além de ser a condição de possibilidade da ação do sujeito – o que a autora denomina de ambivalência. Assim, toda ação do sujeito pode ser entendida como efeito da própria sujeição e, ao opor-se à subordinação, acaba por reiterar sua sujeição – concepção compartilhada tanto pela psicanálise quanto pelos relatos foucaultianos, segundo Butler (2019). Nesse aspecto, a autora aponta, diferentemente das postulações de Foucault, que o poder como condição do sujeito não é o mesmo poder que o sujeito exerce.

De fato, assume-se a possibilidade de o sujeito também exercer o poder. Nessa conjuntura, há uma inversão significativa quando o poder passa de uma condição da ação para a “própria” ação do sujeito (Mattos & Santos, 2022). Para Butler (2019), quando o sujeito se apropria do poder isso implica uma alteração do poder, podendo esse poder apropriado atuar contra o poder que lhe possibilitou ser assumido, pois “na medida em que as condições de subordinação tornam possível a assunção do poder, o poder assumido permanece ligado a essas condições, mas de forma ambivalente” (p. 21).

[...] O poder não só *age sobre* o sujeito como também, em sentido transitivo, *põe em ato* o sujeito, conferindo-lhe existência. Como condição, o poder precede o sujeito. No entanto, o poder perde sua aparência de prioridade quando é exercido pelo sujeito, uma situação que dá origem à perspectiva inversa de que o poder é efeito do sujeito, de que é algo que os sujeitos efetuam (Butler, 2019, p. 22, grifos da autora).

Seguindo esse pressuposto, Butler (2019) estabelece que o poder age sobre o sujeito de duas maneiras: (1) como condição formativa que torna possível o sujeito; (2) como o que é retomado e reiterado no “próprio” agir do sujeito. Ou seja, o sujeito pode ser tanto *sujeito ao poder* como *sujeito de poder*. Diante disso, Butler (2019) sustenta que, ao ser *sujeito do poder*, assume-se que o poder é sempre anterior ao sujeito, está fora dele mesmo e é operante desde o início; e o poder é efeito desejado do sujeito. Essa segunda modalidade esclarece que (a) se o poder é efeito desejado do sujeito, a sujeição é uma subordinação que o sujeito provoca em si mesmo. Porém, como essa submissão forma o sujeito e este é condição da ação, logo, (b) *a sujeição também se torna o motivo de o sujeito garantir sua própria resistência e oposição ao poder*.

Nesse sentido, em condição ambígua, o poder não é apenas uma condição externa e anterior ao sujeito, mas também não pode ser identificado exclusivamente como intrínseco ao sujeito. O que permite as condições do poder “transitar” são as reiterações que dele são feitas, e o sujeito é o local dessas reiterações. Isto significa que o sujeito não é totalmente determinado pelo poder, tampouco é totalmente determinante do poder. O sujeito é, parcialmente, essas duas dimensões.

Por fim, Butler (2019) reitera a impossibilidade de romper essa ambivalência no processo de sujeição. Embora o sujeito exceda o poder ao assumi-lo, ele excede o poder ao qual está vinculado no princípio, ou podemos chamar de aquele poder “anterior” que possibilitou a ação do sujeito.

A partir dessa linha argumentativa e de seus desdobramentos, aponta-se que os processos identitários de homens trans perpassam: (1) a percepção de si mesmos como indivíduos *sujeitos ao poder* da cis-heteronormatividade e da binaridade de gênero, como normas que os limitam e ao mesmo tempo os constituem; para então (2) perceberem-se como *sujeitos de poder*, quando declinam das normas

decidindo transicionar, apropriando-se dos poderes e saberes médico-jurídicos (legais e ilegais) para realização de procedimentos de mudanças corporais, que serão melhor descritos a seguir.

Por fim, a autora descreve o processo que compreende como resistência a partir de um sentido lacaniano, no qual a noção de poder social se restringe ao campo do simbólico, ao passo que a resistência fica situada no imaginário. Nesse aspecto, fundamentado na construção discursiva do sujeito, que está constantemente em processo e incorpora atos repetidos ao longo do tempo através e pelos discursos de poder/saber, o sujeito pode ser constituído pelo discurso, mas não necessariamente ser determinado por ele, havendo sempre a possibilidade de ação (Butler, 2019). A possibilidade de ação dos homens trans aparece, primordialmente, na materialidade corporal consubstanciada nos processos de modificações corporais, sejam cirúrgicos ou a partir de signos culturais. São processos que possibilitam que eles sejam sujeitos de poder e de resistência.

Nas narrativas de todos os participantes, a ansiedade persistente acompanha o desejo de vivenciar o processo de hormonização com resultados quase que imediatos; isto é, que se façam evidentes logo após a primeira aplicação. No relato de Olliver, isso se manifesta na tentativa de otimizar o tempo de ação do fármaco; a pressa de ostentar uma barba o levou a uma decisão temerária de aumentar a dose hormonal prescrita para a cada 28 dias, com aplicação de meia ampola, para um intervalo abreviado de a cada 15 dias, com aplicação de uma ampola inteira. O resultado foi “uma dor insuportável no coração, um suor, um cansaço e ao mesmo tempo uma adrenalina, muita falta de ar. Eu fiquei preocupado, quase tive um infarto na rua e morri” (Olliver, 21, pansexual, 1 ano e 3 meses em T).

Uma das intervenções cirúrgicas almejadas pelos participantes é a histerectomia, isto é, a remoção do útero, que também pode incluir a retirada das trompas adjacentes e do ovário. Por se tratar da remoção de órgãos internos – portanto, não aparentes –, a justificativa dos homens trans para essa aspiração é o desejo de pausar a menstruação e cessar seus desconfortos e, especialmente, como medida preventiva em relação ao câncer de colo de útero; essa segunda finalidade parece ser amplificada pela noção corrente de que a hormonização aumenta as chances de acometimento por esse tipo de câncer. Vieira e Porto (2019, p. 18) afirmam que “a menstruação demanda cuidados que não estão dissociados das noções de gênero nem da produção do sexo que separam os sujeitos na hierarquia social”, portanto, tal situação também reflete e condensa uma noção extremamente arraigada no imaginário social da feminilidade. Revisão sistemática concluiu que não há evidências na literatura suficientes para se estimar a prevalência de câncer dos órgãos reprodutivos na população transexual em decorrência da hormonização (Joint *et al.*, 2018). Nessa mesma linha, Beswick *et al.*, (2019) afirmam que o efeito da terapia hormonal em relação aos riscos de doenças malignas nos homens trans não é claro.

Sem exceção, os participantes referiram o desejo de realizar a mamoplastia masculinizadora – termo médico atual que busca diferenciar-se do termo mastectomia bilateral, entendendo que a retirada das mamas, nesses casos, não é uma medida preventiva contra neoplasias que acometem esse órgão. Verificou-se que os próprios homens trans utilizam o termo êmico *mastectomia*. O incômodo com essa parte do corpo é vivenciado de maneira particular, mas quase sempre está presente em algum momento do processo de transição.

Muitos relataram que se privam voluntariamente de momentos de lazer, principalmente em clubes e piscinas, por conta dos seios e do temor do julgamento social. Pedro (23, heterossexual, 3 anos em T) e outros participantes contam que já deixaram de comparecer a eventos e ocasiões especiais em decorrência da aparência dos seios sob o tecido. Felipe (21, heterossexual, 6 meses em T) relata o costume de usar roupas bem largas e somente de cores escuras para que os seios não transpareçam. Olliver (21, pansexual, 1 ano e 3 meses em T) refere que, por esse motivo, deixou de praticar esportes e Christopher (33, heterossexual, 2 anos e 7 meses em T) comenta que ir à academia de *top* é desconfortável e “causa espinhas” nas costas. Assim, a possibilidade de se submeter à intervenção cirúrgica para remoção das mamas foi descrita como relevante e desejada, sendo significada como garantia de liberdade para se sentirem melhor consigo mesmos, com autoestima elevada, maior autoconfiança e melhores indicadores de saúde mental.

Os participantes que ainda não tiveram acesso à mamoplastia masculinizadora comentam sobre outras tecnologias utilizadas pelos homens trans, como a faixa compressiva para os seios. Pedrini (2017, p. 36) define o uso do *binder* como um “desvio de rota” em relação ao uso original desse aparato tecnológico, cuja principal função é o uso pós-operatório em situações de trauma na região abdominal. O autor pontua a relação atual que os usuários estabelecem com os efeitos obtidos com o uso dessa tecnologia como “uma relação de amor e ódio entre os homens trans e o *binder*”. Peter explica o porquê utiliza tais tecnologias, apesar de estar ciente de suas consequências negativas para a saúde, a exemplo de outros participantes que compartilharam vivências semelhantes.

É ruim, é incômodo, machuca, mas ao mesmo tempo é a única coisa que me faz sentir um pouco mais dentro de mim, porque é algo que disfarça uma parte do meu corpo que eu não quero que esteja aqui. Então, é desconfortável e confortável ao mesmo tempo: é desconfortável sentir a dor de usar, mas é confortável saber que eu uso e que ele me ajuda de certa forma (Peter, 24, heterossexual, 1 ano e 6 meses em T).

O desejo intenso de se livrar das mamas, incompatíveis com a representação dos corpos transmasculinos, decorre da relação considerada factual com o feminino (Sousa & Iriart, 2018), entendendo que a maior visibilidade dos seios sob o vestuário desconecta o sujeito, quase que automaticamente, de sua masculinidade e o realoca no campo do biológico,

do “ser mulher”. Humberto é um dos três participantes que conseguiram realizar a mamoplastia masculinizadora – os outros são Yoasi e Renato. Ele conta uma série de situações pelas quais passou que o levaram a se submeter ao procedimento no auge da pandemia de COVID-19.

Eu usava *binder* e ele me apertava e me sufocava muito, e eu comecei a ter ansiedade por causa daquilo. [...] Foi quando eu comecei a ter as crises de ansiedade, comecei a me incomodar mesmo, aí um amigo meu, que é trans e já tinha feito a mastectomia, começou a falar: “Você tem que fazer, você tem que fazer. Se olhar bem, dá pra perceber”. E a pressão ajudou a eu querer tirar logo (Humberto, 21, heterossexual, 1 ano e 4 meses, realizou mamoplastia masculinizadora recentemente).

A situação narrada por Humberto ilustra a existência de uma hierarquização de prestígio e validação que os homens trans estabelecem dentro da própria comunidade transmasculina. Essa situação também foi referida por outros participantes, de tal modo que ter realizado a mamoplastia masculinizadora é um ato significado como “estar um degrau acima” dos outros homens trans, visto como o caminho para se obter a autenticação de ser um homem trans “de verdade”. Essa questão da validação social é complexa, pois mostra a ratificação de uma hierarquia que reproduz uma violência sutil entre os pares, além de desconsiderar as disparidades de acesso à cirurgia.

Uma das coisas que mais causam desconforto, pelo menos pra mim, é a exigência da passabilidade dentro do próprio meio transmasculino. O fato que eu vejo muito acontecer aqui na cidade é a pessoa que está há mais tempo no tratamento hormonal intimidar a pessoa que está começando, então acho que tem muito isso (Renato, 21, heterossexual, 3 anos e 3 meses em T, realizou mamoplastia masculinizadora).

A comunidade trans, segundo Gabriel, também utiliza esse critério para obter a validação dos próprios homens trans.

[...] pra gente ser respeitado até no meio LGBT e no meio dos meninos trans, você tem que ser muito passável, tem que ser aquela pessoa que olham e nunca vão pensar na vida que você é trans [...]. Infelizmente, eu penso que a sociedade cis já impõe que homens e mulheres têm que ter um padrão e, no meio das pessoas trans, eles também colocaram esse padrão de que, para a gente ser aceito no meio trans, tem que estar nesse padrão porque, senão, para eles não está bom (Gabriel, 23, bissexual, 5 anos em T).

A exigência de se apresentar corporalmente o mais “masculino” possível também é uma imposição social. A masculinidade atribuída a esse corpo generificado e modelado com testosterona deve reafirmar a masculinidade desses homens trans, como uma prova irrefutável – porque a aparência física carrega o signo da visibilidade – que legitima sua identidade de gênero. O outro lado da hormonização, portanto, envolve a referência à padronização de corpos

dentro da própria comunidade transmasculina, que passa a elencar, chancelar e validar as identidades dentro de suas normativas específicas, cuja referência é a masculinidade hegemônica atrelada à cisnormatividade. Essa concepção reitera os direcionadores cis-heteronormativos da sociedade na produção de coerência do corpo cis enquanto instância legítima e única referência possível não indutora de violências, inclusive entre pares.

Cria-se, então, um modelo de masculinidade cis-heteronormativa baseado na materialidade corporal dentro da comunidade de homens trans, que se vê apoiado tanto pelos indivíduos que a compõem, quanto pelos que estão à margem ou do lado de fora. Assim, os homens trans que estão na posição de domínio podem utilizar o padrão dominante de masculinidade para medir e julgar a conduta de outros homens que não aderem às modificações corporais (Oliveira, 2015). Segundo Ávila (2014, p. 167):

[...] há uma certa “hierarquização” de quem é mais “trans” ... O que está em jogo é justamente a “legitimidade”, ou seja, quem é mais legítimo para falar de si: quem fez a transição? Quem fez as alterações corporais desejadas?

As narrativas confirmam a função que as modificações da arquitetura corporal desempenham na experiência da produção de masculinidades pelos homens trans. Connell (1995) afirma que há de se reconhecer a importância das relações estabelecidas entre os diferentes tipos de masculinidades; no caso, as relações identificadas neste estudo, no que tange às modificações corporais e seus significados, apresentam-se como associações de subordinação e domínio: as transmasculinidades binárias que recusam a modificação corporal – em especial, a referente à remoção cirúrgica das mamas – são subordinadas às transmasculinidades normatizadas dentro da própria categoria. Portanto, “no corpo não há fatores meramente naturais ou biológicos que cristalizam ou unificam sua posição com o mundo, mas um caminho a ser trilhado que esbarra e se conecta com uma série de questões sociais, culturais e psicológicas” (Pedrini, 2017, p. 67).

Mais uma vez, mostra-se pertinente recorrer à noção de ambivalência entre ser *sujeito ao poder* e *sujeito de poder* (Butler, 2019). O poder assumido pelo sujeito, paradoxalmente, conserva sua subordinação, ao mesmo tempo em que se opõe a ela. Nesse sentido, a ambivalência é tanto resistência quanto recuperação do poder (Mattos & Santos, 2022).

Butler (2003) afirma que o sujeito negocia suas construções e é nesse ponto de negociação que emergem as possibilidades de subversão. Todavia, como a autora adverte, não há possibilidade de ação fora das práticas discursivas que mantêm a inteligibilidade do sujeito. Portanto, repetir e incorporar tais práticas se torna inevitável, mas é possível, nas reiterações, distanciar-se dos propósitos primeiros do poder. Por isso, não existe toda e qualquer nova possibilidade, mas

a viabilidade de redescrever as possibilidades existentes no domínio da cultura. A experiência de ser sujeito de poder, ao ser identificado dentro na normativa da masculinidade hegemônica, reintegra-se à experiência de assumir a posição de ser sujeito ao poder de outros homens trans.

Para Butler (2003) as possibilidades de subversão só podem ocorrer dentro dos termos da cultura, pois não existe realidade ou práticas possíveis fora dela. As próprias

produções e práticas discursivas presumem, de antemão, as possibilidades realizáveis cultural e socialmente (Mattos & Santos, 2022). De tal modo, mesmo diante da possibilidade de serem *sujeitos de poder*; os homens trans, assim como qualquer outro indivíduo, produzirão subjetividades a despeito das normatividades culturais e de seus signos materiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo compreender a intencionalidade atribuída aos processos de modificações corporais agenciados por homens trans durante o processo de transição de gênero. A análise das narrativas engendrou compreensões sobre os significados em jogo quando as identidades de gênero são negociadas por meio (mas não somente) do agenciamento que os corpos trans fazem ao se apropriarem das intervenções que modelam modificações corporais. A análise desvelou uma intensa negociação das identidades de homens trans por meio de seus processos corporais, muitas vezes demarcando diferenças que perpetuam hierarquias de prestígio dentro da própria comunidade trans. Desse modo, não se trata de tentar se “adequar” ou se deixar enquadrar dentro de formas legitimadas de expressão do

gênero. É preciso superar esse discurso estereotipado que ainda impregna os estudos trans.

Este estudo mostra que a experiência de transição é significada pelos homens trans sobretudo como espaço de liberdade e de libertação. O que esses sujeitos almejam é poderem viver suas identidades de gênero livremente e de diferentes formas. Uma das limitações que podem ser identificadas neste estudo é a ausência de uma análise interseccional que contemple, entre outros marcadores sociais da diferença, as relações étnico-raciais. Porém, é preciso fazer a ressalva de que a categoria *raça* foi destacada como tópico principal de análise em outro artigo (Boffi & Santos, 2023b). Essas considerações projetam a necessidade de futuros estudos que incluam esses aspectos na leitura da subjetivação transmasculina.

REFERÊNCIAS

- Alexandre, V., & Santos, M. A. (2019). Experiência conjugal de casal cis-trans: Contribuições ao estudo da transconjugalidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(n.spe 3), e228629. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228629>
- Alexandre, V., & Santos, M. A. (2021). Conjugalidade cis-trans: Reinventando laços, desestabilizando certezas. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, e224044. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003224044>
- Almeida, G. (2012). “Homens trans”: novos matizes na aquarela das masculinidades? *Revista Estudos Feministas*, 20(2), 513-523. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200012>
- Almeida, M. V. (2018). *Senhores de si: Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Etnográfica Press.
- Almeida, R. G., & Santos, M. A. (2021). Transmasculinidade e teoria queer: A experiência corporal da infância à vida adulta. *Psicologia & Sociedade*, 33, e240127. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33240127>
- Almeida, R. G., & Santos, M. A. (2024). Políticas afetivo-sexuais na cisheteronormatividade: resistências e estratégias de bem viver de uma mulher transexual. *Psicologia USP*, 35, e230015. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564e230015>
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5)* (5. ed.). American Psychiatric Association.
- Ávila, S. N. (2014). *FTM, transhomem, homem trans, trans, homem: A emergência de transmasculinidades no Brasil contemporâneo* [Tese doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129050>
- Bento, B. (2016). Disforia de gênero: geopolítica de uma categoria psiquiátrica. *Revista direito e práxis*, 7(15), 496-536. <https://doi.org/10.12957/dep.2016.25170>
- Beswick, A., Corkum, M., & D’Souza, D. (2019). Locally advanced cervical cancer in a transgender man. *CMAJ*, 191(3), E76-E78. <https://doi.org/10.1503/cmaj.181047>
- Boffi, L. C., & Santos, M. A. (2023a). Percepções e expectativas de homens trans acerca dos relacionamentos afetivo-sexuais pós-transição. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43, e250826. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003250826>
- Boffi, L. C., & Santos, M. A. (2023b). Da transfobia ao racismo: Experiências de transição de homens transexuais negros. *Psicologia USP*, 34, e200212. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200212>
- Boffi, L. C., Guíjarro-Rodrigues, E. C., & Santos, M. A. (2022). Experience of masculinity performed by transgender men: Qualitative evidence and metasynthesis. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 39, e200221. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202239e200221>
- Boffi, L. C., Souza, C., Oliveira-Cardoso, E. A., & Santos, M. A. (2024). Pathways to parenthood experience among transgender men: A systematic review and meta-synthesis. *Trends in Psychology*. <https://doi.org/10.1007/s43076-023-00355-y>
- Braz, C. (2019). Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(4), e00110518. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00110518>
- Braun, V., & Clarke, V. (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, 11(4), 589-597. <https://doi.org/10.1080/2159676X.2019.1628806>
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (1. ed.; R. Aguiar, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Butler, J. (2019). *A vida psíquica do poder: Teorias da sujeição* (1. ed.; R. Bettoni, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Cardoso, H. R., Jr. (2005). Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 343-349. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722005000300008>
- Clarke, V., Braun, V., & Hayfield, N. (2019). Análise temática. In J. A. Smith (Org.), *Psicologia qualitativa: Um guia prático para métodos de pesquisa* (pp. 295-327). Vozes.
- Connell, R. (1995). Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, 20(2), 185-206.
- Connell, R. (2005). *Masculinities* (2. ed.). University of California Press.
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: Repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241-282. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>
- Dornelas, R., Queiroz, M., Brito, A. F., & Pellicani, A. (2021). Estudo de série de casos sobre voz e transexualidade: Características acústicas de homens e mulheres trans brasileiras. *Distúrbios da Comunicação*, 33(2), 257-264. <https://doi.org/10.23925/2176-2724.2021v33i2p257-264>
- Foucault, M. (1984). *História da sexualidade (vol. II: O uso dos prazeres)* (M. T. C. Albuquerque, Trad.). Graal.
- Galli, R. A., Vieira, E. M., Giami, A., & Santos, M. A. (2013). Corpos mutantes, mulheres intrigantes: Transexualidade e cirurgia de redesignação sexual. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(4), 447-457. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000400011>
- Gray, L. M., Wong-Wylie, G., Rempel, G. R., & Cook, K. (2020). Expanding qualitative research interviewing strategies: Zoom video communications. *The Qualitative Report*, 25(5), 1292-1301. <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2020.4212>
- Joint, R., Chen, Z. E., & Cameron, S. (2018). Breast and reproductive cancers in the transgender population: A systematic review. *BJOG: An International Journal of Obstetrics & Gynaecology*, 125(12), 1505-1512. <https://doi.org/10.1111/1471-0528.15283>
- Lauretis, T. (1994). A tecnologia do gênero (S. Funck, Trad.). In H. Hollanda (Org.), *Tendências e impasses: O feminismo como crítica da cultura* (pp. 206-242). Rocco.
- Lemos, K. (2018). O despreparo na rede hospitalar e a felicidade em ml: Angústia e prazer dão dimensão à hormonioterapia. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 1(1), 1-12. <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2018.1.9067>
- Lerri, M. R., Romão, A. P. M. S., Santos, M. A., & Lara, L. A. S. (2017). Transsexual people's experiences of childhood, adolescence, and adulthood: Understanding their stories. *Journal of Sexual Medicine*, 14(12), e383-e384. <https://doi.org/10.1016/j.jsxm.2017.10.050>
- Lima, F., & Cruz, K. T. D. (2016). Os processos de hormonização e a produção do cuidado em saúde na transexualidade masculina. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), (23), 162-186. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.23.07.a>
- Mattos, G., & Santos, T. C. (2022). Processos de sujeição: Uma reflexão à luz de Butler e Foucault. *Triade: Comunicação, Cultura e Mídia*, 10(23), e022013-e022013. <https://doi.org/10.22484/2318-5694.2022v10id4919>
- Moscheta, M. S., Souza, L. V., & Santos, M. A. (2016). Health care provision in Brazil: a dialogue between health professionals and lesbian, gay, bisexual and transgender service users. *Journal of Health Psychology*, 21(3), 369-378. <https://doi.org/10.1177/1359105316628749>
- Oliveira, A. L. G. (2015). *"Somos quem podemos ser": Os homens (trans) brasileiros e o discurso pela (des)patologização da transexualidade* [Dissertação mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte]. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/20034>
- Peçanha, L., & Almeida, G. S. (2021). Transmasculinidades e saúde: Do processo transexualizador a um pouco além. In E. C. Oliveira, L. S. Viégas, & H. S. Messeder Neto (Orgs.), *Desver o mundo, perturbar os sentidos: Caminhos na luta pela desmedicalização da vida* (pp. 185-194). EDUFBA.
- Pedrini, M. D. (2017). *Homens trans(bordados): Experiências juntas e misturadas na produção de outras masculinidades* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo]. <http://repositorio.ufes.br/handle/10/9008>
- Preciado, P. B. (2018). *Testo junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica* (M. P. G. Ribeiro, Trad.). Editora n-1.
- Sampaio, J., & Medrado, B. (2019). Hormônios na produção de modos de subjetivação: Atuando controvérsias. *Psicologia & Sociedade*, 31, e181507. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31181507>
- Sampaio, J., Medrado, B., & Mello, R. (2019). "Hormônios em ação": Articulando conceitos da teoria ator-rede. *Revista Polis e Psique*, 9(3), 43-52. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.86165>
- Santos, M. A., & Boffi, L. C. (2022). Identidade de gênero de homens transexuais à luz de Paul Preciado. *Revista Estudos Feministas*, 30(2), e79288. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n279288>
- Santos, M. A., Oliveira, W. A., & Oliveira-Cardoso, E. A. (2020). Inconfidências de abril: Impacto do isolamento social na comunidade trans em tempos de pandemia de COVID-19. *Psicologia & Sociedade*, 32, e020018. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240339>
- Santos, M. A., Alexandre, V., Risk, E. N., Oliveira, W. A., Peres, R. S., & Oliveira-Cardoso, E. A. (2023). Impacto psicossocial da pandemia de COVID-19 na saúde mental de pessoas transexuais e travestis: Revisão integrativa. *Psico-USF*, 28(3), 579-598. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712023280312>
- Santos, M. A., Souza, R. S., Lara, L. A. S., Risk, E. N., Oliveira, W. A., Alexandre, V., & Oliveira-Cardoso, E. A. (2019). Transexualidade, ordem médica e política de saúde: Controle normativo do processo transexualizador no Brasil. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 10(1), 3-19. <http://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2019v10n1p03>
- Silva, E. R., Oliveira, S. M. D. A., & Silva, M. G. P. (2021). Promoção à saúde vocal em homens transgêneros. *Distúrbios da Comunicação*, 33(1), 173-177. <https://doi.org/10.23925/2176-2724.2021v33i1p173-177>
- Sousa, D., & Iriart, J. (2018). "Viver dignamente": Necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 34, e00036318. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00036318>
- Sousa, E. S. S., Viana, J. B., & Vale, J. M. (2015). Os homens trans e a corporeidade: O complexo fenômeno da busca do sujeito social masculino. In Ministério da Saúde (Org.), *Transexualidade e travestilidade na saúde* (pp. 111-129). Brasília. <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/TransexualidadeTravestilidadeSaude.pdf>
- Tramontano, L. (2017). A fixação e a transitoriedade do gênero molecular. *Horizontes Antropológicos*, 23(47), 163-189. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832017000100006>
- Tramontano, L. (2021). Os outros são os outros: Percepções de homens usuários sobre os efeitos adversos da testosterona. *Saúde e Sociedade*, 31(1), e210116. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021210116>
- Vieira, C., & Porto, R. M. (2019). "Fazer emergir o masculino": Noções de "terapia" e patologização na hormonização de homens trans. *Cadernos Pagu*, (55), e195516. <https://doi.org/10.1590/18094449201900550016>
- Vieira, E. D. S., Pereira, C. A. S. R., Dutra, C. V., & Cavalcanti, C. S. (2019). Psicologia e políticas de saúde da população trans: Encruzilhadas, disputas e porosidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(n.esp3), e228504, 161-173. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228504>
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>

Conflito de interesse

Os autores não possuem conflitos de interesse a declarar.

Declaração de disponibilidade de dados

Os dados que fundamentam os achados deste estudo podem ser solicitados ao autor correspondente mediante uma solicitação justificada.

Financiamento

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), Programa de Demanda Social, N. 88887.600239/2201-00.

Editor-chefe

Tiago Jessé Souza de Lima

Editor Associado

Pedro Henrique Antunes da Costa

Autor Correspondente

Letícia Carolina Boffi,
E-mail: leticiaboffi@gmail.com; leticiaboffi@usp.br

Submetido em

30/06/2022

Aceito em

21/03/2024

Este artigo é parte da dissertação de mestrado defendida pela primeira autora.